

Presentes entre irmãos: uma abordagem antropológica (período de Amarna, século XIV a.C.)

Renato de Carvalho Ferreira *

FERREIRA, R. Presentes entre irmãos: uma abordagem antropológica (período de Amarna, século XIV a.C.). R. Museu Arq. Etn. 38: 179-197, 2022.

Resumo: No período de Amarna (século XIV a.C.), o Egito manteve íntimas relações diplomáticas com seus vizinhos do Oriente Médio (Mitani, Babilônia, Assíria e Hati). Esses contatos são conhecidos por nós através das Cartas de Amarna (EA) descobertas no sítio de Tell el-Amarna (antiga Aquetatom), no Egito. As cortes enviavam emissários às cortes vizinhas carregando consigo mensagens, escritas em tabletes de argila, e presentes. Os presentes eram sempre esperados pela corte destinatária e sua ausência, caso ocorresse, poderia gerar reclamações. O sistema demandava a submissão de presentes, mas não são poucos os casos nos quais um dos parceiros falhava com o compromisso de envio. Este artigo discute o que essas falhas podem revelar acerca das relações desses reis e como elas elucidam as características desse sistema diplomático.

Palavras-chave: Amarna; Contatos diplomáticos; Cartas; Irmãos; Presentes.

As fontes e seu contexto

Chamado período de Amarna (século XIV a.C.) foi assim designado em homenagem ao sítio arqueológico de Tell el-Amarna, a antiga capital egípcia de Aquetatom. No século XIX, nesse sítio, foram encontradas inúmeras cartas escritas em tabletes de argila, totalizando quase 400, em grau variado de conservação. O *corpus* data de meados do século XIV a.C. e corresponde ao final do reinado do faraó Amenófis III (1390-1352 a.C.), o de seu filho Amenófis IV (1352-1336 a.C.)

e o começo do de seu neto Tutancamom (1336-1327 a.C.) (Mynárová 2014: 19-20)¹.

O *corpus* foi escrito utilizando sobretudo o acadiano periférico², embora algumas cartas tenham sido escritas em hitita (as de Arzaua), hurrita (numa de Mitani) e acadiano assírio e babilônico (Mynárová 2014: 20). Ele se subdivide

1 Atualmente não há uma datação absoluta para os reinados dos reis. As datas aqui apresentadas foram tiradas do *Dictionary of Ancient Egypt*, de Ian Shaw e Paul Nicholson (1997), do *Historical Dictionary of the Hittites*, de Charles Burney (2004), e do *From Egypt to Babylon: the international age 1550-500 BC*, de Paul Collins (2008).

2 Jana Mynárová (2014: 20) conceitua que no conjunto maior de cartas há uma forma peculiar de língua acadiana chamada “acadiano periférico”, que se subdivide em duas variantes: o acadiano canaanita, falado no sul da Síria-Palestina, e o hurro-acadiano, predominante no norte da Síria-Palestina e foi influenciado pelo hurrita, que não pertence ao tronco semítico das línguas próximo-orientais.

*Mestrando em História Social na Universidade de São Paulo. <renato.carvalho.ferreira@usp.br>

em dois conjuntos. O primeiro (44 cartas) engloba epístolas trocadas entre os faraós e os monarcas dos principais reinos do Oriente Próximo - Assíria, Babilônia, Hati e Mitani - e dois Estados periféricos, Alásia (Chipre) e Arzaua (em localização incerta na Anatólia, atual Turquia). As cartas restantes, quase 90%, representam as enviadas ao faraó e aos altos oficiais pelos reis vassallos do Egito em Canaã.

O Egito, desde o começo da XVIII dinastia (1550-1295 a.C.), se expandiu substancialmente no Levante, alcançando em seu zênite o rio Eufrates (Shaw & Nicholson 1997: 289). A zona adquirida, que se estendia até a região da cidade portuária de Ugarite, na Síria, serviria de ponto de contato entre o Egito e os reinos do Oriente Médio. Tal contato diplomático foi ensaiado com Amenófis II (1427-1400 a.C.), quando uma trégua foi firmada

entre o Egito e Mitani, à época sob Saustatar. No entanto, foi somente com Tutemés IV (1400-1390 a.C.) que uma aliança duradoura foi firmada com o casamento deste com uma princesa, filha de Artatama I (EA³ 29)⁴ (Collins 2008: 49). Sob os sucessores de Artatama I, Sutarna II e Tusrata, duas princesas (Guiluepa e Taduquepa) foram enviadas ao Egito para casar-se com Amenófis III (EA 17, 23, 26-29)⁵.

3 EA: Amarna Letters.

4 Toda interpretação das cartas foi feita com base nas traduções em *The el-Amarna Correspondence* de Anson F. Rainey (2015).

5 Originalmente Taduquepa deveria casar-se com Amenófis III, mas ele faleceu pouco depois da chegada dela. Por esse motivo, foi desposada por Amenófis IV (Tyldesley 2006: 124).



Fig. 1. Oriente Médio e Egito no século XIV a.C.

Fonte: Zunkir.

Era do interesse de Mitani manter relações diplomáticas com o Egito, pois naquele momento enfrentava, ao norte, a ameaça crescente dos hititas que gradualmente tomaram para si os pequenos reinos da Anatólia e se expandiram à Síria. Aliar-se ao Egito, particularmente, garantiria pacificar a fronteira sul ao mesmo tempo em que poderia, num possível conflito, assegurar ajuda. Do mesmo modo, Egito e Mitani mantinham relações amigáveis com a Babilônia, ao sul da Mesopotâmia. Mitani, ainda poderoso na Síria e norte da Mesopotâmia, fazia diretamente fronteira com a Babilônia, pois tinha a Assíria sob seu domínio, facilitando o contato entre os três Estados.

Em Hati, sob Tudália I/II (ca. 1400-1380 a.C.), os hititas enfrentaram várias ameaças vindas do sul (Mitani), oeste (Arzaua) e norte (Gasgas), que foram superadas e consolidaram seu poder (Burney 2004: 292-293). Porém, com sua morte, eclodiram revoltas de alguns dos Estados submetidos, e os gasgas novamente começaram a se agitar, inclusive ameaçando a capital Hatusa. Tamanha

foi a gravidade da situação que, segundo Collins (2008: 57-58), deve ter sido nesse momento que Amenófis III preferiu enviar cartas (EA 31-32) ao rei Tarundaradu de Arzaua para negociar uma aliança matrimonial entre seus países.

Com a ascensão de Tudália III (1360-1344 a.C.), porém, a sorte de Hati mudou drasticamente. Com ajuda de seu filho e sucessor Supiluliuma I (1344-1322 a.C.), os rebeldes foram derrotados e os gasgas repelidos. Ao falecer, Tudália III legou um Estado reconsolidado, permitindo a Supiluliuma I dedicar seus esforços à expansão territorial. Suas campanhas levaram as fronteiras de Hati à Síria, junto a Mitani. Mais que isso, apoiou Artatama, um pretendente ao trono em oposição a Tusrata, e isolou Mitani diplomaticamente ao estabelecer relações com Egito (EA 41-44) e Babilônia, de onde obteve esposa (Collins 2008: 58-60). Alguns anos após ascender, Supiluliuma desferiu um golpe fatal sobre Mitani, saqueando sua capital Uassucani e conquistando boa parte de seu território, que foi então cedido a seus filhos (Collins 2008: 63).



Fig. 2. Oriente Médio e Egito no fim do século XIV a.C.
Fonte: Zunkir.

Paralela à ameaça hitita, Mitani ainda enfrentou a Assíria sob Assurubalite I (1363-1328 a.C.), que se aproveitou de sua fraqueza para conseguir a sua independência. Para formalizar isso, começou a gradualmente conquistar territórios de Mitani e estabeleceu relações diplomáticas com Amenófis IV (EA 15-16). Uassucani seria novamente saqueada, agora pelos assírios, que recuperaram as portas de ouro e prata do templo do deus Assur que haviam sido tomadas por ocasião da submissão da Assíria um século antes. Pouco depois, Mitani desaparecia absorvido por hititas e assírios, e a Síria seria zona de contato entre Assíria, Hati e Egito (Collins 2008: 64-65).

Irmãos diplomáticos

Durante todo o século XIV a.C., o Oriente Médio esteve envolvido nos desdobramentos políticos e militares do Egito e seus vizinhos. Ao longo do tempo, foram sendo ligeiramente alteradas as formas como eles interagiam entre si. Num primeiro momento, o trinômio Egito-Mitani-Babilônia perfaz um eixo que englobava todo o Crescente Fértil. Num segundo momento, Mitani sai de cena e é substituído por Hati, que, por sua vez, vai dividir espaço com a Assíria.

Esse conjunto de Estados é comumente designado pela historiografia como Clube dos Grandes Poderes, uma expressão que foi introduzida nos estudos de Amarna pelo assiriólogo israelense Hayim Tadmor em *The decline of empires in Western Asia ca. 1200 BCE*. (1979). Pensando que os laços que uniam esses reis no nível diplomático se assemelhassem a um clube, de imediato podemos presumir que o contato era restritivo e implicava a “admissão” de “membros” que, como privilégio pelo ingresso, angariavam casamentos estratégicos e alianças políticas, cooperação na manutenção da ordem na fronteira de territórios vassalos e acesso aos recursos dos reis parceiros através de presentes (Bryce 2003: 78).

A admissão no clube também se expressava, retoricamente, pelo emprego de termos específicos, como aqueles que indicavam parentescos.

Apresentavam-se como irmãos (SEŠ em sumério, *aḫuh* em acadiano) quando se declaravam iguais e estavam sujeitos a uma relação horizontal e sua rede era definida como “irmandade” (*aḫḫūtu*) (Liverani 2000: 18; Ragionieri 2000: 46-47; Revez 2003: 125). Segundo Liverani, as relações internacionais foram moldadas sobre o modelo de relações interpessoais obtidas ao nível da família, aldeia ou vizinhança, cuja origem é imemorial e sua aplicação é única, no sentido de que não foi introduzido nenhum outro código para regular as relações interestatais (Liverani 2000: 18).

Outro termo era o título de “grande rei” ou “sarru rabu” (*šarru rabū* em acadiano; LUGAL.GAL em sumério), que era usado em paralelo ao título de “rei”, com ambos aparecendo no enunciado das cartas: “assim Nibemuareia [Amenófis III], *grande rei, rei da terra do Egito* a Cadasmã-Enlil, *grande rei, rei da terra de Cardunias* [Babilônia] [...]” (EA 5: 1-2). Seu uso, contudo, era inconstante, com algumas situações nas quais uma das partes se declarou grande rei, enquanto se referiu ao rei com o qual dialogava meramente por seu título real padrão: “assim dize Nimuaria [Amenófis III], *o grande rei, rei do Egito* a Tarundaradu, *rei de Arzaua* [...]” (EA 31); “a mensagem do Sol, Supiluliuma, *o grande rei, rei da terra de Hati*; fala a Hurria [Semencaré⁶], *o rei da terra do Egito, meu irmão* [...]” (EA 41).

Há um claro contraste nos dois usos. Como já apontado antes, Amenófis III envia carta buscando aliança com Tarundaradu tão logo sabe do débil estado de Hati e a chance de Arzaua vencer. Mas mesmo ao fazer isso, claramente se coloca como superior ao rei de Arzaua, cuja vitória não era garantida. Isso talvez explique o motivo de sequer se dar ao trabalho de denotá-lo irmão. Na EA 41, por sua vez, Supiluliuma entende que há irmandade entre ele e o faraó,

6 Ainda não há clareza quanto à identidade de Hurria. Alguns historiadores o associam a Amenófis IV, ou um de seus filhos, Semencaré (1338-1336 a.C.), que governou brevemente consigo, ou seu sucessor Tutancamom (Moran 1992: xxxv). Concordamos, no entanto, com a reconstrução apresentada por Bryce (1990) que o associa a Semencaré.

mas ignora a paridade ao se colocar, primeiro, como grande rei em contraponto a um mero rei, e segundo, por se associar diretamente a figura do Sol, sendo o único a referir-se como divindade em todo o *corpus* de Amarna.

Esses dois casos indicam que ser grande rei e irmão e, sobretudo, ser ambos, implicava o reconhecimento da paridade entre as partes. Essa suposição parece se confirmar com a carta CTH⁷ 171, oriunda do *corpus* hitita de Hatusa, na qual há uma discussão entre Supiluliuma I e Assurubalite I⁸: “é verdade, derrota [Mitani] com tuas armas, e agora se torna grande rei. Mas por que fala comigo em termos de irmandade?”.

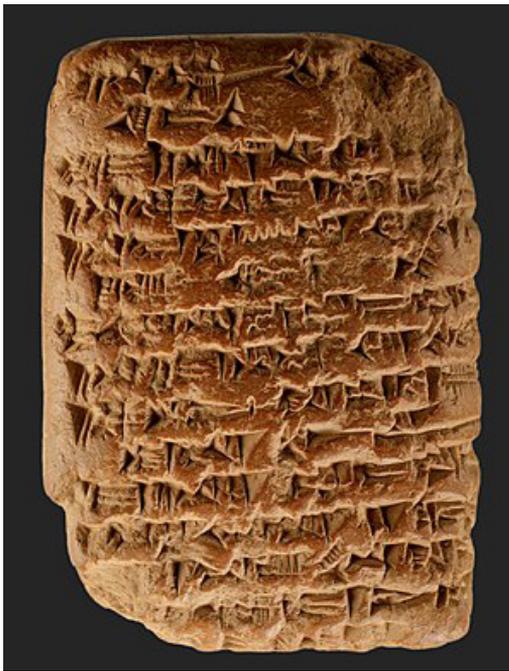


Fig. 3. EA 15 de Assurubalite I com a qual a Assíria simbolicamente adquire independência.

Fonte: Pharos.

7 CTH: Catalogue des Textes Hittites.

8 Os nomes dos reis desta carta estão fragmentados e outra reconstrução proposta estabeleceu que o hitita seria Mursil III (1272-1267 a.C.) e o assírio Adadenirari I (1305-1274 a.C.) (Beckman 1996: 136).

Num cenário como esse, seria fácil explicar, então, o motivo de Assurubalite I dar tanta ênfase ao envio de sua carta a Amenófis IV: “dize ao rei da terra do Egito: Assim Assurubalite, rei da terra (do deus) Assur. [...] Envio meu emissário a ti para vê-lo e ver tua terra. Até agora, meus pais não escreveram. Hoje, escrevo a ti. [...]” (EA 15). Enviar cartas, e sobretudo receber respostas, equivaleria aqui ao reconhecimento formal por parte do faraó da nova posição da Assíria. Mas o reconhecimento por um dos parceiros diplomáticos não necessariamente implicava que todos entenderiam da mesma forma. Noutra carta, também a Amenófis IV, Burnaburias II (1359-1333 a.C.) da Babilônia alega: “[...] quanto ao assírio [Assurubalite I], meu vassalo, não fui eu quem o enviou a ti. Por que por iniciativa própria vieram para teu país? Se tu me amas, não conduzirão nenhum negócio. Envie-os para mim de mãos vazias” (EA 9: 31-35).

Como exposto por Raymond Cohen (1996: 17-20), isso se dá porque há dois tipos de relações evidentes nesse contexto: os subjugos, nos quais a natureza da relação foi assumida e os metajogos, nos quais as partes negociam seu estatuto relativo e seu estatuto em face do outro.

Finalidade dos contatos

Rodolfo Ragonieri (2000: 45-46) definiu o sistema diplomático de Amarna como “sociedade internacional em produção”, no sentido de que estava em formação, com seus atores se ajustando dentro do sistema. O conceito “sociedade internacional”, que adotou de Martin Wight, é definido por seu criador como:

[...] um grupo de Estados, conscientes de certos interesses e valores comuns, [que] formam uma sociedade no sentido em que se concebem vinculados por um conjunto comum de regras em suas relações mútuas e participam do funcionamento de instituições comuns (Wight 1977: 33).

Mais que isso, segundo Steven R. David (2000: 57-58, 62), os grandes e pequenos reis agiam de modo a salvaguardar seus Estados da anarquia e do caos, buscar o interesse nacional conforme entendiam e equilibrar a balança do poder. Nisso, a guerra era vista como ferramenta perfeitamente natural para promover interesses de um Estado ou de um líder, não exprimindo dificuldades morais.

A guerra, em si mesma, não era suficiente, pois nenhum dos Estados em Amarna estava numa posição que o permitisse tornar-se hegemônico. A diplomacia, nesse sentido, preenche a lacuna deixada pela carência de poderio militar suficiente (Jakob 2006: 15). Os grandes reis eram interdependentes e foram obrigados a aprender a viver dentro dos limites de seu poder. Para todos os fins, precisaram se adequar à situação de modo a conciliar suas prerrogativas reais, que eram de certo modo compartilhadas, e a situação em si (Ragionieri 2000: 50-52). Ragionieri comenta que os reis precisavam manter duas necessidades em harmonia:

[...] por um lado, a estabilidade doméstica e o consenso, muitas vezes baseados numa ideologia de superioridade em relação aos governantes estrangeiros; por outro, a existência de poderes externos e a necessidade de conduzir relações externas (Ragionieri 2000: 46-47).

A diplomacia, para todos os efeitos, não era pacífica e agia como espaço de “disputa sem fim” (Liverani 2000: 27). Era o “campo de batalha” no qual se disputavam meios de se obter mulheres para casamento, bens de luxo para consumo conspícuo e alianças políticas para impedir a aproximação de terceiros, que podiam se tornar uma ameaça ou assegurar possível ajuda na iminência de um conflito (Peyronel 2014: 358, nota 15). Por exemplo, segundo Alan James (2000: 121-122), nas cartas dos vassalos do Egito, há evidência nalgumas delas (EA 56: 58 e 100, n.5) de cooperação militar entre egípcios e mitanitas contra a crescente ameaça hitita e há várias cartas apresentando ações militares hititas contra vassalos egípcios. Paralelamente, hititas e egípcios trocaram epístolas como irmãos (EA 41-44).

Tudo isso só seria possível se os reis dispusessem de mecanismos que lhes permitissem obter informação privilegiada, com base na qual podiam decidir ações de aproximação e repulsa (Cohen 2000: 98; Feldman 2006: 162). Há três menções nas cartas, sem a devida definição de qual era a fonte, do papel da inteligência. Na EA 1: 78-88, Amenófis III afirma: “Di-lo tu [Cadmã-Enlil I] aos meus embaixadores: ‘Seu senhor não tem tropas?’ [...] Caso haja guerreiros ou não, é [algo] sabido por mim.” Na EA 31: 22-38, Amenófis III pede a Tarundaradu que, ao devolver os emissários, enderece “pessoas do país Gasga”, uma região ao norte de Hati junto ao mar Negro, e que havia ouvido sobre a situação hitita, razão pela qual escrevia. E na EA 38: 13-18, o rei de Alásia parafraseia uma fala de Amenófis IV de outra epístola na qual disse que súditos alasiotas estavam ajudando invasores de Luca (Lícia) que, ano a ano, tomavam cidades da ilha.

Segundo Cohen (2000: 85-87), é importante entender que inteligência não é sinônimo de espionagem e que a obtenção de informações de países vizinhos era difusa e se dava através de viajantes, diplomatas ou observadores comuns. Canaã, nesse sentido, servia como grande polo de obtenção de informação, uma vez que era ponte terrestre entre o Egito e seus irmãos e através dela ou de seus portos, tropas, comerciantes e mensageiros, amigos ou inimigos, teriam que passar. Os vassalos egípcios eram receptores de informações tanto do cenário local quanto do internacional, e cidades movimentadas como Ugarite, aonde caravanas e navios iam e vinham, eram pontos nos quais informações comerciais e políticas estavam não só disponíveis, mas eram mercadorias como qualquer outra. Cohen também cita que a informação poderia vir numa espécie de mercado de inteligência, como sugere que é indicado na EA 31, e mesmo diplomatas de países vizinhos, que viajavam juntos de uma corte a outra, podiam trocar entre si notícias.

Desses inúmeros vetores de informações, um dos que certamente mais se destacaram foram os emissários (*mār šipri* em acadiano,

LÚ.DUMU em sumério). Segundo Holmes (1975: 378), os mensageiros sempre desempenhavam a importante função de saber das atividades militares, econômicas e diplomáticas dos países aos quais se dirigiram. Essa afirmação se sustenta por episódios epistolares: na EA 1: 18-19, Amenófis III comenta que Cadasmã-Enlil I mandou dois ao Egito para saber do paradeiro de sua irmã com quem o faraó se casou há anos; na EA 27: 23-33, Tusrata comenta enfaticamente que viram estátuas de ouro puro sendo feitas por Amenófis III para Mitani, mas Amenófis IV despachou estátuas de madeiras revestidas de ouro; na EA 15: 7-8 e 19-22, Assurubalite indica que está enviando-os para examinar possibilidades diplomáticas e econômicas.

Comerciantes diplomáticos



Fig. 4. EA 27 de Tusrata.

Fonte: Xenophon.

Segundo Holmes (1975: 376-378), os emissários também se ocupavam de várias funções diferentes, que incluíam carregar, ler e interpretar as mensagens de seus senhores, mas igualmente defender os interesses deles; na EA 7: 16-32, Burnaburias II reclama que o faraó enviou nenhum presente, apesar dele ter estado acamado, e o emissário defendeu seu senhor alegando que os países eram muito distantes entre si e não haveria meios dele saber da doença a tempo⁹. Outras funções perceptíveis, continua o autor, eram a de ver (EA 19: 17-23), negociar (EA 11: 7-9) e acompanhar (EA 5: 16-17) uma princesa a ser desposada, estabelecer ou restabelecer os laços entre reinos (EA 27: 7-10; EA 41: 7-9) e usar sua influência nas cortes à vantagem de seu rei (EA 26: 19-53).

Holmes (1975: 378, nota 21) pontua ainda que eles, a quem também chama de “comerciantes diplomáticos”, mais do que qualquer outra coisa, eram explicitamente incumbidos do comércio de bens, sobretudo presentes. Um reforço para essa noção é que eles, em pelo menos duas ocasiões, são qualificados como mercadores (*tamkâru* em acadiano, [LÚ.]DAM.GÂR em sumério): na EA 39: 10-16, o rei alasiota afirma que diplomatas mandados ao Egito eram seus negociantes; na EA 7: 73, Burnaburias II qualifica certo Salmu como emissário, e na EA 11: 8 [rev.] como mercante.

Liverani (2000: 22) interpretou que o estatuto preciso desse pessoal variou e esteve proporcionalmente ligado à questão em discussão: casamentos dinásticos eram confiados a “embaixadores” de alta posição, problemas triviais eram confiados a comerciantes e cartas rotineiras a mensageiros profissionais anônimos. Sem sermos taxativos de que esteja errado, quizá fosse interessante nos determos um pouco nisso.

⁹ Esse episódio babilônico não é lido do mesmo modo pela historiografia. Por exemplo, Mario Liverani (2000: 19), sem colocar dúvidas quanto ao seu estado de saúde, considerou que a “ignorância” geográfica de Burnaburias II, sanada pela perícia dos emissários, não deve ser entendida literalmente, sendo muito mais uma situação simulada para permitir a barganha. Já Westbrook (2000: 379), também admitindo que se tratou de um mecanismo de barganha, reconheceu como mentirosa a doença.

A primeira coisa a dizer é que a escolha não impede que eles tivessem mais de uma função. Exceto um único caso, o de Quelia, que é qualificado, dependendo da tradução, como “vizir” ou “ministro chefe”¹⁰ (*sukkallu* em acadiano, LÚ.SUKKAL em sumério) e que teve papel crucial nas negociações entre Amenófis IV e Tusrata acerca do casamento com a princesa Taduquepa, todos os demais, ou tem função dupla discriminada ou simplesmente não são apresentados. E a omissão ocorre até mesmo com Mane, o egípcio que participou nas negociações com Quelia. Desse modo, é impossível sermos categóricos de que havia uma distinção clara.

Apenas na EA 1: 18-19, Amenófis III, ao ser questionado por Cadasmã-Enlil I sobre sua irmã, desqualificou rapidamente seus emissários por sua origem e ofícios; um deles, cujo nome e ofício não sobreviveram, provinha de um local chamado Zacara, cuja localização é desconhecida, e o outro, cujo nome sequer foi registrado, era pastor de burros. Vê-se no episódio que, diante dum conflito, deu-se ênfase à origem deles.

Dois níveis de apreensão do fato devem ser retidos. O primeiro, do faraó, que não só os usou como desculpa para se esquivar do problema como pode ter se sentido ofendido. Outro, do rei babilônico, que pode revelar outra faceta. De acordo com Jönsson e Hall (2005: 87), na diplomacia, a seleção dos embaixadores representava outro meio perene de enviar mensagens não verbais. Os autores aludem a um episódio, ocorrido na Roma Antiga, quando em certa ocasião os romanos enviaram a Rodes um instrutor atlético como arauto. O tal instrutor, que os autores entendem que faz às vezes do pastor de burros, foi percebido como insulto e não foi recebido.

A avaliação costumeira, quando era feita, estava ligada ao grau de confiabilidade

¹⁰ Anson Rainey (2015: 127), em sua edição das epístolas de Amarna, traduziu o título de Quelia como “ministro chefe”, mas não citou o termo acado-sumério no glossário da referida obra, pelo que não temos nenhum comentário sobre a sua decisão de tradução. Outro autor, Wolfgang Heimpel (2003: 602), em sua edição das cartas de Mari, traduziu o mesmo ofício como vizir.

do emissário (EA 1: 62-88; EA 24: IV: 51-57; EA 32: 4-6), e não sua origem ou ofício. Adotando isso, o episódio do pastor de burros pode ser lido de duas formas diferentes. Numa, concordando com Liverani, havia o emprego periódico de “desconhecidos”, mesmo que profissionais, e a ênfase do faraó pode ter sido apenas para se livrar dos questionamentos babilônicos. Noutra, mais plausível, as pessoas comumente enviadas eram comerciantes e a escolha atípica do pastor serviu só como insulto.

Presentes

Desde ao menos a década de 60, autores como Oppenheim (1964: 92) enfatizam o emprego de mercadores para operações diplomáticas, enviando e trazendo presentes e cartas. A concessão de presentes era uma espécie de transação comercial, porém tal operação não era assim referida, uma vez que os monarcas não se envolviam diretamente em atividades mercantis, uma função exercida por indivíduos alocados em camadas inferiores da pirâmide social. Como Bryce distingue (2003: 94), havia apenas dois modos honrosos de um grande rei adquirir bens preciosos: concessão de presentes e tributo ou butim e saque. Além do mais, irmãos não poderiam comercializar uns com os outros, ao menos não nominalmente, pois o comércio envolvia a obtenção de lucro à custa de outrem, ferindo os princípios de irmandade, reciprocidade e generosidade.

O sistema de trocas em Amarna pode ser classificado dentro de dois conceitos antropológicos sinônimos: a economia da dádiva ou relações de dom e contradom. Mais que isso, estava inserido num contexto essencialmente político e, nesse sentido, se define como *cerimonial*. Como conceituado por Hénaff (2013: 16-17), sistemas desse tipo são cerimoniais, pois atendem a protocolos e demandas específicas e diferem daquelas esperadas em outros tipos de concessão de presentes.

Os presentes são símbolos, “testemunhas” do acordo, e carregam consigo prestígio. Expressam estima recíproca, reforçando os laços entre as partes, estabelecendo estado de paz em detrimento do de confrontação e são gestos de reconhecimento recíproco específico dos grupos humanos. A troca cerimonial é uma decisão de aliança no sentido que obedece a uma convenção adotada por ambas as partes (Hénaff 2014: 75-76; Hénaff 2013: 15; Feldman 2006: 163-164).

Segundo Algazi (2003: 15, 18), o presentear consiste em subordinar ações específicas a padrões culturais disponíveis e estruturar essas transações, de modo que os objetos entregues possam ser aceitos como presentes. Os presentes adquirem seu valor e eficácia particular por distinguirem-se dos demais modos de transação. Eles devem ser colocados fora do âmbito dos tributos compulsórios e deveres regulares e estão intimamente ligados às práticas de representação, pois requerem doadores, receptores e audiência, que se envolve no sistema ao participar da recepção das embaixadas estrangeiras e nos banquetes que acompanhavam a chegada dos emissários.

Nesse âmbito cerimonial, os presentes são bens de luxo e não meros bens de subsistência, pois, de um ponto de vista antropológico, os bens de subsistência de determinada sociedade não são objeto de competição, pois pertencem ao coletivo social, enquanto a competição se restringe à obtenção de bens exóticos ou de luxo para aquisição e manutenção do poder e prestígio (Pfoh 2016: 64).

Os presentes podem manter algumas características das mercadorias, como os elementos de cálculo e lucro, ao passo que retêm elementos de reciprocidade, sociabilidade e personalização (Feldman 2006: 169). Em Amarna, isso se traduz na contumaz listagem epistolar dos dons enviados, de modo a permitir consulta futura, e a fundição de metais (EA 3: 13-17, 7: 68-72: 10: 8-24) para aferição da quantidade real do bem enviado à luz da epístola que o acompanha e discrimina.

Os bens de luxo podiam ser remetidos como mercadorias, presentes e tributo, havendo especial ambiguidade entre os últimos dois. Ao situar um objeto num novo contexto, identidades alternativas poderiam ser explícita

ou implicitamente assinaladas, com a reinterpretção sendo usada retoricamente pelo doador e receptor. Isso fornecia o uso potencial às negociações de estatuto (Feldman 2006: 18-21, 167-169, 173-174).

Na EA 1: 88-95, é relatado que Amenófis III paradeou em sua capital as carroças com os presentes enviados a si por Cadasmã-Enlil I junto das suas carroças com tributo dos vassalos de Canaã, causando a reclamação do último pela humilhação à Babilônia. O faraó ressignificou os presentes de modo a parecer que eram tributos como forma de mandar, não à Babilônia, mas a seus súditos, uma mensagem de soberania. A seu irmão, precisou justificar que a revista das carroças foi feita com todas juntas, pois os cavalos precisavam ser abastecidos. Como explica Gadi Algazi:

[...] ao se envolverem em trocas de presentes, os atores históricos não estavam simplesmente seguindo prescrições, mas faziam uso ativo de repertórios disponíveis: promoviam representações interessadas de suas ações e procuravam moldar a forma como seriam interpretados pelas audiências relevantes (Algazi 2003: 13).

Os envios de presentes, grosso modo, ocorriam de acordo com a potencialidade produtiva de cada um. Segundo Carlo Zaccagnini (2000: 145), o Egito era, na Idade do Bronze Tardio, fonte exclusiva de ouro a todo Oriente Próximo, facilmente explicando o motivo da recorrente solicitação do metal pelos asiáticos, e mesmo o prevalente envio pelos egípcios (Peyronel 2014: 358-359). Ainda diz o autor que o Egito também era o fornecedor exclusivo de marfim, ébano e alabastro, enquanto dependia de outros países para obter cobre (Alásia), prata (Hati), lápis-lazúli (atual Afeganistão, através da Mesopotâmia), outras pedras semipreciosas como cornalina e ágata (Pérsia e Índia) e cavalos (Zaccagnini 2000: 145-146; Liverani 2008: 163).

Nalgumas missivas de Alásia, prata é solicitada ao Egito, que como acabamos de ver, não a produzia. Zaccagnini interpretou que o termo ali não deve ser entendido em sua literalidade, sendo mais bem entendido como significando “preço” ou “valor (equivalente)”,

sobretudo pelo “tom mercantil geral [das] epístolas” (2000: 146). Essa explicação, no entanto, é insatisfatória à luz da evidência presente em outras cartas. Quando o rei alasiota quis explicitar o caráter mercantil de seus contatos, assim o fez sem qualquer constrangimento (EA 34). Tal distinção nem mesmo seria substantiada pela análise dos termos no epistolário, pois praticamente todas as alasiotas qualificam os bens como dons, mesmo quando se solicita os de subsistência, como cereais (EA 36).

Ademais, Babilônia (EA 2, EA 13) e Mitani (EA 17, EA 19-22, EA 24-29) não produziam ouro, como também vimos, e mesmo assim, sobretudo o segundo, o remeteu com bastante frequência ao Egito. Isso poderia se dar por duas razões, que não são excludentes. A primeira é que esses reinos, mesmo carecendo de jazidas daquele produto, não necessariamente eram totalmente carentes dele, possuindo alguma reserva de que pudessem usufruir em certas ocasiões.

A segunda razão, que incorporamos da antropologia, é de que certos produtos podiam agir como “presentes provocativos”. Segundo a teoria, um reino carente de algum produto enviava-o em pequena quantidade para outro que era conhecido produtor deste com intuito de fazer-lhe um pedido, mas tentando desvencilhar o interesse pelo produto da necessidade latente de obtê-lo: por exemplo, a Babilônia, ao enviar ouro ao Egito, esperava recebê-lo em grande quantidade. (Zaccagnini 2000: 148; Liverani 2008: 167; Peyronel 2014: 358, nota 15).

Mesmo carecendo, ou, pelo menos, não possuindo consideráveis quantidades de certos bens, os grandes reis projetavam (EA 7: 33-36) a imagem de total autossuficiência dentro de seus domínios (Bryce 2003: 94; Zaccagnini 2000: 142-143), e seus pedidos de presentes eram significados de duas formas.

A primeira, ligando-os à “excepcional” necessidade oriunda da edificação de obras custosas (Liverani 2001: 156), como mausoléus (54-58) e palácios (EA 4: 36-40; EA 5: 13-17); tal excepcionalidade podia, ainda, ser explicitada: “[Diz Cadasmã-Enlil I] Depois de terminar a obra que comecei, por que precisaria de ouro?

Então me envie até 3000 talentos [90 toneladas]; não aceitaria isso! Mandaria de volta e não daria minha filha em casamento!”.

A segunda forma, seguindo a lógica familiar, explicitava os presentes como expressões de “amizade” (*atterūtu*), “amor” (*rāmuttu*), “(boa) amizade” (*tābūtu*), “boas relações” (*amātu banītu*), “concordia” (*salīmu*) etc. (Zaccagnini 2000: 144; Head 2011: 85-87) e servia de aviso a terceiros: “[Diz Burnaburias II]. De modo que os reis vizinhos possam ouvir, diga-se: ‘O ouro é abundante. Entre os reis haja irmandade, amizade e boas relações. É ele quem é rico em pedras preciosas, prata, ouro!’” (EA 11: 19-23).

[Diz *Tusrata*] E quando Mane chegou com bens que meu irmão deu [...] falei com meus altos oficiais, dizendo: ‘Com meu irmão em todo o meu coração mostro continuamente amor como meus pais [e] os pais de meu irmão sempre mostraram amor’ [...] Que nos regozijemos muito, e que possamos fazer uma celebração [...] naquele dia com os nobres estrangeiros [e] Mane [...] regozijou-se (EA 29: 80-90).

Assim, não bastava obter os bens silenciosamente, pois o uso político seria limitado, mas se esperavam demonstrações públicas do recebimento, com grandes celebrações e banquetes (Head 2011: 86; Feldman 2006: 19).

Reciprocidade generosa

Segundo Feldman (2006: 19), o sistema de trocas internacional da Idade do Bronze Tardio criou laços obrigatórios que ligaram os participantes num ciclo contínuo, permitindo a indivíduos potencialmente antagônicos manter laços próximos e personalizados fundados na reciprocidade. A ênfase ao parentesco dava força à solicitação, pois o parentesco é uma relação social que pressupõe reciprocidade, ajuda mútua e no qual se embute a generosidade, traduzida como imposição manifesta de dívida (Sahlins 1972: 133). A imposição de reciprocidade generosamente, porém, não se vertia num controle mediante regras ou regulações, permitindo maior

fluidez nas relações: “onde não há escopo para enganação não há escopo para se provar a honestidade” (Reinstein 2014: 89-90).

O destaque ao cumprimento da obrigação reside em sanções sociais, ou seja, o desejo de continuar as relações econômicas úteis e a manutenção do prestígio e poder (Sahlins 1972: 155; Feldman 2006: 19). Em Amarna, por exemplo, Assurubalite alerta o faraó que deve cumprir com o esperado das relações, pois, do contrário, seriam cortadas:

Sou igual a um [grande] rei de Hanigalbate [Mitani], mas me manda x¹¹ minas de ouro. Não é suficiente para o ir e voltar e os salários dos meus enviados. Se tua intenção é verdadeiramente genuína, envie muito ouro [...] somos países distantes. Que nossos diplomatas continuem indo e voltando (EA 16: 26-36).

Como notado por Trevor Bryce (2003: 96), era honroso um monarca ser capaz de cumprir as solicitações de seus pares, pois abria precedente para solicitações futuras. Presentear em abundância um irmão contribuía para o prestígio do doador ao demonstrar a riqueza e prosperidade de seus domínios e a exibir os recursos materiais a sua disposição. Na EA 29: 16-27, Tusrata lembra que, no tempo de seu pai, quando Amenófis III solicitou sua irmã em casamento, seu pai apenas aceitou dá-la como esposa na sexta embaixada. Quando Amenófis IV fez pedido semelhante, agora para obter uma de suas filhas em casamento, Tusrata alega que aceitou cedê-la na primeira embaixada.

Segundo Carlà e Gori (2014: 22), os dons são a renúncia de qualquer direito sobre algo que é transmitido. Mesmo assim, podem criar estruturas de expectativas quanto a um eventual contradom, mas pelos princípios básicos das trocas de presentes, o primeiro doador não pode exigí-lo legalmente, como se tal procedimento estivesse sujeito às formalidades

11 Nas epístolas, a marcação do xis indica que o valor ou o bem não é determinável perante a perda do trecho correspondente no tablete.

de um contrato, porém pode fazê-lo socialmente através da enorme perda de prestígio que decorre da negação da troca recíproca. A obrigação de reciprocidade introduziu uma hierarquia de prestígio que forneceu potencial à manipulação na busca por objetivos individuais (Feldman 2006: 19). Tal cenário cria intensa competição por prestígio, na qual parceiros devem mostrar-se mais generosos perante os competidores (Pfoh 2016: 68; Druckman e Güner 2000: 176, 187).

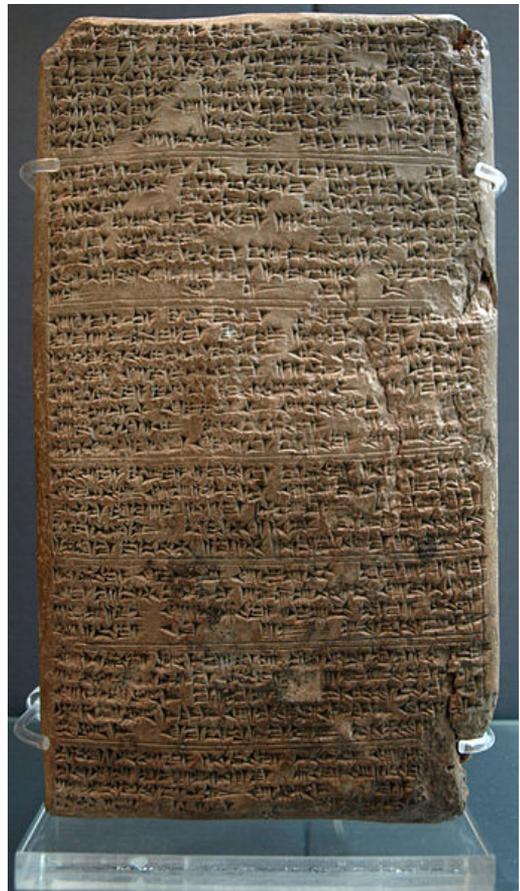


Fig. 5. EA 19 de Tusrata, na qual foram feitas negociações matrimoniais com o Egito.

Fonte: Captmondo.

Isso se traduz, por exemplo, num episódio relatado na EA 35: 49-53: “[Dize o rei de Alásia] Tu [faraó] não foi classificado [de igual modo] com o rei de Hati nem com o rei de Sanhar.

Quanto a mim, seja qual for o presente que me mandem, envio o dobro a ti.” Independente da validade da afirmação, a fala serviu para que Alásia aumentasse seu prestígio com o Egito como reino parceiro que, diferente dos hititas, cumpria com a obrigação de dar presentes a seu irmão, e o fazia em maior quantidade do que a quantidade que recebeu. Numa situação análoga, Tusrata exorta Amenófis IV a sempre fazer “10 vezes mais” por si do que Amenófis III havia feito por seu pai, do mesmo modo que reiteradamente fala que fará “10 vezes mais” por seu irmão (EA 19: 9-16, 30-33, 39-42 e 59-70; EA 20: 18-22; EA 23: 18-25; EA 24: §5: 47-58 e §24: 51-45; EA 26: 30-57; EA 27: 9-12 e 16-18 e 37-40; EA 29: 65-68, 105 e 119-129).

Segundo estabelecido por Sahlins (1972: 193-196), quando falamos em reciprocidade, temos três tipos diferentes: a generalizada, a balanceada e a negativa. O primeiro tipo é o ideal para transações entre parentes, pois implica ações altruístas, assistência mútua e generosidade. É o modelo que esperaríamos encontrar em Amarna. O que acontece, entretanto, é que raramente as transações ocorrem do modo que deveriam, sucedendo disseminada reclamação pelo descumprimento da reciprocidade esperada, particularmente da generosidade, de modo que Amarna é, grosso modo, mais bem caracterizado como um sistema de reciprocidade no máximo balanceada, com trocas de valor mais ou menos igual que se espera ocorrerem de imediato, e idealmente negativa, com uma parte se aproveitando da outra (Avruch 2000: 161).

Segundo Feldman (2006: 163), a obrigação de reciprocitar foi tradicionalmente aceita como uma característica quase universal dos sistemas de trocas de presentes, mas hoje se questiona tal afirmação. As obrigações dependiam do consenso entre a rede inteira, consenso que poderia ser perturbado por um único dissidente, originando a vigilância e a ansiedade expressas através das cartas. De fato, conclui ela, havia expectativa e pressão para cumprir as obrigações que forneciam força e exclusividade à rede ao assegurar interações contínuas em vez de transações únicas.

Destarte o princípio da reciprocidade tinha observância menos rígida do que a ideologia da fraternidade exigiria. Considerando o episódio da recusa das princesas egípcias à Babilônia (EA 4), Ragionieri (2000: 49) comenta que a reciprocidade, nesse caso, originou-se do choque entre as identidades interna e externa do faraó. No seu reino, era tido como deus, ao menos do ponto de vista de sua imagem pública, mas no exterior, nas relações com outros grandes reis, supostamente estava em pé de igualdade. Por isso, as regras do jogo eram produto da interação de fatores: poder, a identidade doméstica régia e o ajuste da ideologia da fraternidade às diferentes exigências dos reis.

Para Liverani (2000: 24-25), coexistiam dois modelos de interações, o “ideal”, que respeitava as regras de reciprocidade e generosidade esperadas, e o “antimodelo real”, no qual o interesse particular das partes subjugava-as. Em várias ocasiões, o desejo pelo ganho econômico substituiu o desejo por prestígio e isso é atestado na forma de frequentes desculpas diplomáticas, barganhas e reprimendas. Diz ainda o autor (2001: 146-147; 2000: 24) que as reclamações e reprimendas nada mais são que mecanismos intimamente ligados à lógica de “receber tanto quanto possível e dar o menos possível”.

Nesse espaço diplomático voltado à barganha, várias podiam ser as técnicas empregadas para tal fim. Uma comum, que em muito consoava com a ideologia de autossuficiência que já tratamos, era a afirmação de que o que se pedia à outra parte devia ser de pouca importância, uma vez que era abundante (Zaccagnini 2000: 147). Por exemplo, o ouro egípcio era reiteradamente referido como “tão abundante quanto a poeira” (EA 16: 13-18; EA 19: 59-70; EA 20: 46-59; EA 26: 40-48; EA 27: 45-51 e 104-109; EA 29: 162-165) e que “[podia] ser simplesmente pego do chão” (EA 16: 15-16).

Tusrata reiteradamente menciona estátuas de ouro puro que pediu a Amenófis III (EA 26-27 e 29) e que, devido à morte deste, ficou a cargo de Amenófis IV enviá-las. O último, entretanto, não só deixou de enviá-las,

como as substituiu por estátuas de madeira, causando desconforto na corte mitanita. Tais estátuas, segundo o mitanita, foram vistas por seus diplomatas enquanto eram fabricadas e purificadas. Isso seria, a princípio, mais do que suficiente para exigir o envio, mas o próprio Amenófis III disse:

Deixem de dar apenas estátuas de ouro fundido sólido, lhe [a Tusrata] darei estátuas de lápis-lazúli, ouro e muitos bens sem limite com as estátuas [...]. Agora as estátuas, muito ouro e bens sem limite estou enviando para meu irmão, então veja com seus próprios olhos (EA 27: 19-31).

Isso não só reforçava a posição econômica egípcia, já que se afirmava contundentemente que as riquezas do Egito eram tão abundantes que o faraó enviaria muito mais do que havia sido solicitado, como serviu de galinha, pela consulta de missivas prévias, para que Mitani exigisse o pedido feito pela comemoração dos atos e falas do rei anterior. Estaria aqui o segundo argumento à barganha.

Segundo Zaccagnini (2000: 148), resumindo a tratativa de um grande rei para com o outro, a atitude geral enfatizava que a qualidade e quantidade dos presentes enviados eram insuficientes ou aquém do que havia sido feito antes. Tusrata, na EA 27: 55-58, reforçando o pedido que acabamos de citar, comenta que no passado Amenófis III lhe remeteu quatro sacos cheios de ouro, motivo pelo qual não entendia a razão da recusa de Amenófis IV. Já na EA3: 13-22, Cadasmã-Enlil I reclama que as 30 minas (15 quilos) de ouro que recebeu do Egito, além de parecerem prata quando foram fundidas, estavam abaixo dos presentes enviados pela Babilônia em qualquer ano.

Há aqui uma intencional “amnésia” por parte do grande rei babilônico que, diante da perspectiva de obter mais ouro, mentiu e/ou “esqueceu” que vários são os registros nas cartas que apontam o contrário. Na EA 5, Amenófis III remeteu grande quantidade de mobília adornada em ouro por ocasião da construção de um palácio na Babilônia, ao passo que na já referida EA 1,

Cadasmã-Enlil I enviou só um óleo. Isso se repete na EA 8 e 10, nas quais Burnaburias II expediu uma (500 gramas) ou duas minas (um quilo) de lápis-lazúli.

Todos os grandes reis, em maior ou menor grau, adotaram medidas que tinham como finalidade reduzir os custos que as embaixadas poderiam representar com a remissão de presentes, uma vez que, mesmo que não afirmassem categoricamente o caráter econômico das relações, tinham plena consciência do peso que esses presentes poderiam representar a seus recursos. Na maioria das vezes, justificativas foram dadas para o descumprimento da reciprocidade generosa, e mesmo junto a elas a cobiça podia ser explicitada. Na EA 35, o rei de Alásia justificou que enviou só 500 siclos (quatro quilos) de cobre ao Egito, pois todos os seus trabalhadores morreram em decorrência de uma pestilência, mas alega logo em seguida que o Egito deve lhe enviar “a mais fina” prata em troca de qualquer quantidade de cobre que precise. Se todos os trabalhadores morreram, quem extraiu os 500 siclos, para começo de conversa? E mesmo com a prata, como isso automaticamente permitiria a retomada da produção de cobre?

Terminologia do dom

Na documentação, três são os termos utilizados para se referir a presentes: *šūbultu*, *šulmānu* e *qīštu*. Apesar de todos serem possivelmente traduzidos como “presente”, cada um carrega nuances que precisam ser explicitadas.

Šulmānu, comumente traduzido como “presente de saudação”, é o termo por excelência empregado para se referir aos presentes enviados entre pessoas de mesma posição (EA 1: 55; EA 2: [rev.] 7; EA 3: 11-12, 15, 21-22, 33-34; EA 5: 18; EA 6: 20-22; EA 7: 55-57, 60; EA 8: 43; EA 9: 9, 11, 36-38; EA 10: 13-15, 40, 44; EA 11: [rev.] 24; EA 15: 14-15; EA 16: 12; EA 17: 39-40, 41-45; EA 19: 80, 85; EA 20: 80-84; EA 21: 37-38; EA 26: 35, 64; EA 27: 110-114; EA 28: 30 EA 29: 182, 185,

187, 189; EA 35: 11, 41-42, 51; EA 37: 10; EA 41: 39-43; EA 43: 32; EA 44: 24). A partir de sua raiz ŠLM (bem-estar), tinha caráter cerimonial, e era a expressão verbal do vínculo que os reis tinham entre si.

Šubultu pode significar consignação, carregamento ou presente. Por exemplo, na EA 16, após discriminar o šulmānu que remeteu ao faraó, Assurubalite I, irritado pela quantidade de presente que havia chegado, questiona-o: “Isso é um presente [šubultu] de um grande rei?” Neste caso, šulmānu e šubultu são sinônimos. Noutro caso, a EA 44: 12 e 23, enviada por Zidā, filho de Supiluliuma, a correlação é semelhante. Uma última ocorrência, na EA 41, šubultu aparece descolado de šulmānu. Nela, Supiluliuma I questiona Amenófis IV: “Por que retém os carregamentos que seu pai mandou quando estava vivo?”.

Interessante, como aponta Zaccagnini (1973: 205), é que este substantivo se relaciona ao verbo *wabālu* (trazer, transportar) que, ao contrário do verbo *nadānu* (dar) ignora a decisão de dar algo e foca no envio efetivo. Isso fica, segundo o autor, evidenciado na atestação do verbo em Amarna: na EA 19: 18, Tusrata parafraseia um trecho de outra carta faraônica, na qual se lê: “[...] envie-me sua filha como esposa [...]”. Zaccagnini conclui que tal emprego é destacado no caso de pedidos apresentados a sujeitos em posição de inferioridade, ficando mais explícito na documentação dirigida a vassalos, como a EA 99: 10 e EA 369: 15, nas quais há o verbo *wuššuru* (fornecer). Esta visão parece consoar com a utilização de *qīštu*.

Qīštu ou *qāšu* (NIG.BA em sumério) possui três acepções principais: (1) presente dado aos deuses como oferenda votiva; (2) presente, gratuidade ou gratificação; (3) honorário, taxa, compensação. Sua aplicação como presente, segundo Zaccagnini (1973: 199-200), não é neutra. Desde o acadiano antigo designa presentes cedidos por indivíduo de posição socialmente inferior a outro socialmente superior ou o inverso. Em Amarna, isto é marginal e, salvo um caso particular que claramente respeita essa acepção (EA 21: 27), os outros três usos (EA 1: 98, EA 29: 83 e EA 33: 13) podem suscitar dúvida.

Na EA 1, Amenófis III reprova Cadasmā-Enlil I por ter-lhe enviado apenas um óleo refinado como presente, ao qual qualificou como *qīštu*. Na EA 29, Tusrata, apesar de classificar os presentes egípcios como demonstração de amor, lhes chama de *qīštu*. E na EA 33, o rei de Alásia envia um “presente de paz” (NIG.BA *šalami*) de 10 talentos (300 quilos) a Amenófis IV por ocasião de sua sucessão no trono egípcio e afirma que o está enviando como forma de restabelecer a aliança, que precisava ser renovada em decorrência da sucessão, do mesmo modo que explicita que era um contradom enviado em contraste a 200 siclos (1,6 quilo) enviados pelo faraó anteriormente.

O uso de *qīštu* é impreciso no contexto de Amarna, mas podemos aventar hipóteses. Uma delas é que pode indicar, respeitando o emprego costumeiro, a pretensão de uma das partes em reforçar seu desnível perante seu interlocutor. Outra, é que podia servir como desqualificador do presente, pois quando o presente foi referido (EA 1), foi feita reclamação deste pelo destinatário, possivelmente pela quantidade (uma unidade) e qualidade (óleo).

Na EA 29 e EA 33, *qīštu* pode estar a diminuir o interlocutor, na primeira desqualificando os presentes egípcios enviados, mesmo que camuflado pelo restante da mensagem, na segunda como forma de indicar que o rei alasiota, se sentindo superior ao recém-empossado faraó que só lhe enviou 200 siclos de cobre, lhe enviou um presente destinado a pessoas socialmente inferiores. Isso pode ser corroborado pelo único uso claro de *qīštu*, na já referida EA 21, na qual Tusrata, ao mesmo tempo em que entrega *qīštu* aos emissários, os “exaltou como deuses”. Há, ainda, uma situação mais explícita.

Na EA 1, pouco antes da menção ao óleo, Amenófis III cria uma desculpa, que transmite em tom ríspido, à alegação dos emissários babilônios de que teria paradoado na capital as carroças com presentes junto com as carroças de tributo de seus vassalos (linhas 88-95). Como dissemos, julgando que a parada foi feita em sua capital,

para seus súditos testemunharem, fica claro pelo episódio que a mensagem era dirigida à audiência interna, e não à Babilônia. Deve ter querido com isso passar a impressão de que a Babilônia era tão vassala sua quanto Canaã, reforçando seu prestígio e posição como soberano.

Bleiberg (1996: 96), analisando textos e relevos egípcios de transações com governantes estrangeiros, ressalta que o faraó não se via intercambiando com iguais, com estrangeiros sempre sendo retratados como subservientes. Em várias das tumbas de Tebas, há representações de estrangeiros levando bens ao Egito e junto delas aparece o substantivo *inw* (𓂏 em hieroglífico), em geral traduzido como “tributo” (Warburton 1997: 221). Hoje, a tradução suscita dúvidas, com alguns preferindo dizer que a palavra não devia ter sentido definido, variando de acordo com o contexto. Liverani (2008: 165), fazendo um paralelo com os termos babilônicos *biltu* e *mandattu*, entendeu-o como designação para “suprimento”, indicando qualquer coisa que fosse trazida, independente do estatuto dos envolvidos na troca, se era presente livremente dado ou imposto, ou implicações de ganho e perda de prestígio na troca.

A ambiguidade presente neste termo, e em *qištu*, pode a princípio ser indesejável, pois justamente dá margem à interpretação de quem lê. No entanto, é justamente a polissemia que dá potencialidade aos termos empregados, hora servindo como insulto e meio de reforçar uma ideologia de submissão, hora apenas como termo “genérico” para indicar bens enviados/recebidos. Sendo assim, a audiência é crucial para entendê-lo: à externa, que essencialmente incluía grandes reis e emissários, era desejável transmitir mensagens que soassem harmônica conforme as regras de convivência; à interna, formada por súditos e o oficialato, a mensagem era oposta, visando reforçar, nas palavras de Ragonieri (2000: 47), “[...] a estabilidade doméstica e o consenso, muitas vezes baseados numa ideologia de superioridade em relação aos governantes estrangeiros”.

Toda e qualquer mensagem de soberania dirigida diretamente a alguém era rapidamente explicitada como reprovável e algo a ser esquecido, como se pode atestar com alguns exemplos oriundos do *corpus* de Hatusa. Na CTH 155 e KUB¹² 3.22, o faraó Ramessés II (r. 1279-1213 a.C.) responde a uma queixa de Hatusil III (r. 1267-1237 a.C.) de que o primeiro o tratou “como se pensa que eu fosse teu servo” alegando que “Por que deveria escrever a ti como se pensasse que é um servo? Que sou seu irmão, deve manter em mente”¹³. Num caso análogo (CTH 172), tão emblemático quanto, Hatusil III escreve a Cadasmã-Enlil II (r. 1263-1255 a.C.) em protesto contra a acusação de um conselheiro de que “Tu não nos escreves como irmão. Tu nos pressionas como se fôssemos teus súditos”¹⁴.

Conclusão

Sintetizando, Hénaff (2013: 17) identifica oito variáveis relevantes à análise da troca de presentes: os bens ou seres preciosos; os rituais bem-estabelecidos aceitos pelos parceiros; comunicações no âmbito público; a expectativa de fortalecer laços entre receptor e doador e a aquisição de prestígio e posição; a obrigatoriedade do ato; um relacionamento recíproco; “rivalidades generosas”, ou seja, a exibição pública de atos de generosidade; e um envolvimento pessoal das partes. Durante a exposição, tanto quanto possível, essas variáveis foram sinalizadas para que pudéssemos ver, a partir delas, o que o sistema diplomático de Amarna nos oferece.

Sua primeira grande característica era a constante avaliação e reavaliação que cada um dos grandes reis se obrigou a fazer no campo da geopolítica. Era justamente

12 KUB: Keilschriftkunden aus Boghazköi.

13 Traduções de A. Goetze (1947), como apresentado em “A New Letter from Ramesses to Hattusiliš”.

14 Tradução de Gary Beckman (1996), como apresentado em *Hittite diplomatic texts*.

a partir da análise dos fatos e episódios que se apresentavam a eles que podiam, num limitado espectro de ações, decidir qual o melhor caminho para obter seus objetivos. A avaliação era feita pela obtenção de informação privilegiada dos reis parceiros/concorrentes, e que provinha de fontes diversas. Pouco ou muito confiável, era com ela que podiam decidir quais vizinhos seriam aliados ou inimigos e enfatizar seus pedidos por presentes e esposas.

A todos havia um claro interesse em obter bens de luxo e princesas com quem se casariam. Por diversas vezes, os grandes reis não esconderam que o lucro era seu objetivo final, sendo recorrente a presença desse problema nas cartas. Para camuflar isso, todos reivindicavam que seus irmãos reais precisavam enviar grandes quantidades de presentes em reciprocidade de presentes que a eles foram enviados, sempre em quantidades maiores do que as quantidades anteriores. Esperava-se, numa espécie de ciclo vicioso, que os valores fossem sempre exponencialmente acrescidos nas trocas, numa lógica de reciprocidade generosa, algo que, por razões óbvias, era inviável economicamente.

Todos os reinos, como apontamos, enviavam corriqueiramente apenas os bens que naturalmente produziam ou aos quais tinham fácil acesso. Isso não os inibiu, entretanto, de enviar presentes provocativos a seus irmãos como forma de não só camuflar que os careciam, mas instigá-los a lhes remeter mais destes dons. A ideologia da autossuficiência é contundentemente referida na documentação, uma vez que, se sabido por outrem que em seu país lhe falta algo, isso não só lhe retiraria o imprescindível prestígio e poder advindos

das alegações, como permitiria a terceiros reivindicarem que os pedidos só visavam angariar algo que lhe faltava.

Ao recebimento das carroças com presentes vindos do exterior se somavam grandes banquetes e celebrações públicas, nas quais emissários e nobres estrangeiros e os súditos, juntos, presenciavam a chegada desses que eram os símbolos da ligação entre os grandes reis. Mas a percepção desses eventos era certamente divergente.

Toda a diplomacia de Amarna se moldou a partir da relação entre os interesses dos grandes reis no âmbito internacional (reconhecimento por seus pares, formação de alianças, obtenção de presentes e mulheres) e os interesses no âmbito nacional (fortalecimento de seu poderio econômico e aumento de seu prestígio e poder para com seus vassalos e súditos). Dito de outra forma, o sistema se constituiu a partir da relação entre mensagens diversas ditas para duas audiências distintas, a interna e a externa.

À audiência externa, os grandes reis se posavam como irmãos e plenamente iguais, ponto que não pouparam argila para reiterar. No entanto, vários são os episódios nos quais, mesmo para seus irmãos, mensagens de repreensão ou de soberania são apresentadas, seja pela escolha de palavras (*qīštu/šulmānu*), seja por ações efetivas como a escolha de emissários provocativos, não remissão de presentes em resposta a algo não feito, envio de presentes que divergiam daquilo que havia sido pedido.

À audiência interna, a mensagem era clara: cada um dos grandes reis se colocava como único soberano e seus vizinhos eram simplesmente seus vassalos, de quem recebiam tributo. Isso se traduz novamente na escolha de palavras (*inu*) e em ações práticas como paradedar carroças de presentes e tributos todas juntas na sua capital.

FERREIRA, R. Gifts between brothers: an anthropological approach (Amarna period, 14th century BC). R. Museu Arq. Etn. 38: 179-197, 2022.

Abstract: In the Amarna period (14th century BC), Egypt pursued close diplomatic relations with its neighbors in Middle East (Mitanni, Babylonia, Assyria and Hatti). These contacts were recorded in the Amarna Letters (EA), found in Tell el-Amarna (ancient Akhetaton), Egypt. As a protocol, the courts sent emissaries to its neighboring kingdoms with messages, written down

on clay tablets, and gifts. The latter were always awaited by the host court and their absence, should it occur, could raise issues. The system demanded gift-giving, but there were many cases in which one of the partners failed to deliver. This article discusses what these lapses can reveal about regal relations and how they elucidate the characteristics of this diplomatic system.

Keywords: Amarna; Diplomatic contacts; Letters; Brothers; Gifts.

Referências bibliográficas

- Algazi, G. 2003. Introduction: doing things with gifts. In: Algazi, G.; Groebner, V.; Jussen, B. (Eds.). *Negotiating the gift: pre-modern figurations of exchange*. Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen.
- Avruch, K. 2000. Reciprocity, equality, and status-anxiety in the Amarna Letters. In: Cohen, R.; Westbrook, R. (Eds.). *Amarna diplomacy: the beginnings of international relations*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Beckman, G. 1996. *Hittite Diplomatic Texts*. Scholars Press, Atlanta
- Bleiberg, E.L. 1996. *The official gift in Ancient Egypt*. Oklahoma University Press, Norman.
- Burney, C. 2004. *Historical Dictionary of the Hittites*. Scarecrow Press, Lanham.
- Bryce, T. 1990. The death of Niphururiya and its aftermath. *Journal of Egyptian Archaeology* 76: 97-105.
- Bryce, T. 2003. *Letters of the great kings of the ancient near east: the royal correspondence of the late bronze age*. Routledge, London.
- Carlà, F.; Gori, M. 2014. Introduction. In: Carlà, F.; Gori, M. (Eds.). *Gift giving and the "embedded" economy in the ancient world*. Winter University Press, Heidelberg.
- Cohen, R. 1996. All in the family: ancient near eastern diplomacy. *International Negotiation* 1: 17-20.
- Cohen, R. 2000. Intelligence in the Amarna Letters. In: Cohen, R.; Westbrook, R. (Eds.). *Amarna diplomacy: the beginnings of international relations*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Collins, P. 2008. *From Egypt to Babylon: the international age 1550-500 BC*. Harvard University Press, Cambridge.
- David, S.R. 2000. Realism, constructivism, and the Amarna Letters. In: Cohen, R.; Westbrook, R. (Eds.). *Amarna diplomacy: the beginnings of international relations*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Druckman, D.; Güner, S. 2000. A social-psychological analysis of Amarna diplomacy. In: Cohen, R.; Westbrook, R. (Eds.). *Amarna diplomacy: the beginnings of international relations*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Feldman, M.H. 2006. *Diplomacy by design: luxury arts and an "international style" in the ancient Near East, 1400-1200 BCE*. University of Chicago Press, Chicago.
- Goetze, A. 1947. A new letter from Ramesses to Hattušiliš. *Journal of Cuneiform Studies* 1: 241-251
- Head, R. 2011. Amarna messengers and the politics of feasting. *Maarav* 18: 79-87.
- Heimpel, W. 2003. *Letters to the King of Mari: a new translation, with historical introduction, notes and commentary*. Eisenbrauns, Winona Lake.

Presentes entre irmãos: uma abordagem antropológica (período de Amarna, século XIV a.C.)
R. Museu Arq. Etn., 38: 179-197, 2022.

- Hénaff, M. 2013. Ceremonial gift-giving: the lessons of anthropology. In: Satlow, M.L. (Ed.). *The gift in antiquity*. Wiley-Blackwell, Hoboken.
- Hénaff, M. 2014. Is there such a thing as a gift economy? In: Carlà, F.; Gori, M. (Eds.). *Gift giving and the "embedded" economy in the ancient world*. Winter University Press, Heidelberg.
- Holmes, Y.L. 1975. The messengers of the Amarna Letters. *Jornal da Sociedade Americana Oriental* 95: 376-381.
- Jakob, S. 2006. Pharaoh and his brothers. *British Museum studies in Ancient Egypt and Sudan* 6: 12-30
- James, A. 2000. Egypt and her vassals. In: Cohen, R.; Westbrook, R. (Eds.). *Amarna diplomacy: the beginnings of international relations*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Jönsson, C.; Hall, M. 2005. *Essence of diplomacy*. Palgrave Macmillan, London.
- Liverani, M. 2000. The great powers' club. In: Cohen, R.; Westbrook, R. (Eds.). *Amarna diplomacy: the beginnings of international relations*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Liverani, M. 2001. *International Relations in the Ancient Near East, 1600-1100 BC*. Palgrave, New York.
- Liverani, M. 2008. The late bronze age: materials and mechanisms of trade and cultural exchange. In: Aruz, J.; Benzel, K. (Eds.). *Beyond babylon: art, trade, and diplomacy in the second millennium B.C.* Metropolitan Museum of Art, New York.
- Mynárová, J. 2014. Egyptian state correspondence of the New Kingdom: the letters of the Levantine Client Kings in the Amarna correspondence and contemporary evidence. In: Radner, K. (Ed.). *State correspondence in the ancient world: from new kingdom Egypt to the roman empire*. Oxford University Press, Oxford.
- Moran, W.L. 1992. *The Amarna Letters*. John Hopkins University Press, Baltimore.
- Oppenheim, A.L. 1964. *Ancient Mesopotamia: portrait of a dead civilization*. University of Chicago Press, Chicago.
- Peyronel, L. 2014. Between archaic market and gift exchange: the role of silver in the embedded economies of the ancient near east during the bronze age. In: Carlà, F.; Gori, M. (Eds.). *Gift giving and the "embedded" economy in the ancient world*. Winter University Press, Heidelberg.
- Pfloh, E. 2016. *Syria-Palestine in the late bronze age: an anthropology of politics and power*. Routledge, London.
- Ragionieri, R. 2000. The Amarna age: an international society in the making. In: Cohen, R.; Westbrook, R. (Eds.). *Amarna diplomacy: the beginnings of international relations*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Rainey, A.F. 2015. *The El-Amarna correspondence: a new edition of the cuneiform letters from the site of El-Amarna based on collations of all extant tablets*. Brill, Boston.
- Reinstein, D. 2014. The economics of the gift. In: Carlà, F.; Gori, M. (Eds.). *Gift giving and the "embedded" economy in the ancient world*. Winter University Press, Heidelberg.
- Revez, J. 2003. The metaphorical use of the kinship term sn 'brother'. *Journal of the American Research Center in Egypt* 40: 123-131.
- Sahlins, M. 1972. *Stone Age Economics*. Aldine Atherton, New York.
- Shaw, I.; Nicholson, P. 1995. *The dictionary of the Ancient Egypt*. American University in Cairo Press, Cairo.
- Tyldesley, J. 2006. *Chronicle of the Queens of Egypt*. Thames & Hudson, London.

- Warburton, D. 1997. *State and economy in Ancient Egypt. fiscal vocabulary of the new kingdom*. Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen.
- Westbrook, R. 2000. Babylonian diplomacy in the Amarna Letters. *Journal of the American Oriental Society* 120: 377-382.
- Wight, M. 1977. *System of states*. Leicester University Press, Leicester.
- Zaccagnini, C. 1973. *Lo scambio dei doni nel Vicino Oriente durante i secoli XV-XIII (OAC, XI)*. Centro per le Antich. e la Storia dell'Arte Orient, Torino.
- Zaccagnini, C. 2000. The interdependence of the great powers. In: Cohen, R.; Westbrook, R. (Eds.). *Amarna diplomacy: the beginnings of international relations*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.